



“Desrespeito ao decoro das famílias fortalezenses”: O meretrício no discurso do jornal *O Nordeste* (1922 – 1930)

MARIA ADAIZA LIMA GOMES*

Na virada do século XIX para o século XX, com a Abolição da Escravidão e a Proclamação da República, as cidades brasileiras, principalmente as capitais, passaram por transformações, ocorridas nos campos político e econômico, que intensificaram o seu desenvolvimento e urbanização. Acentuou-se também, nos principais centros urbanos, uma busca em se alinhar com a modernidade, em que essas cidades deveriam, na perspectiva das elites e dos poderes públicos, ser remodeladas e disciplinadas. Nesse contexto, em Fortaleza a cidade e seus habitantes passam a ser alvo de problematizações, surgindo a necessidade de organização do espaço urbano, o que implicava a imposição de novas regras de comportamento (PONTE, 2011).

Conforme nos diz Ponte (Ibidem), guardadas as particularidades de cada centro urbano, ocorreu mais ou menos o mesmo processo nas mais importantes cidades brasileiras, entre o final do século XIX e a década de 1930. Processo este em que ao mesmo tempo em que se procurava remodelar estruturalmente o espaço público, tinha-se também a intenção de adequar o comportamento da população a esse espaço remodelado.

Para Ponte (Ibidem), as elites acreditavam que, naquele momento, para que o processo de remodelação da cidade se concretizasse, era preciso também que ela acontecesse concomitante a uma disciplinarização social. As mudanças na cidade deveriam se estender ao comportamento de seus habitantes. Procurou-se inserir novos hábitos, cuidados higiênicos, e interesse para o trabalho. A partir de então, todos os comportamentos que não estivessem nesses moldes, seriam considerados, pelos setores dominantes, obstáculos para a inserção do progresso.

Assim, o desenvolvimento provocado pela exportação do algodão cearense para a Europa, criando-se condições para que Fortaleza se tornasse o principal núcleo urbano tanto econômico como político do Ceará, e possibilitando um maior intercâmbio com outras cidades do Brasil e do exterior, impulsiona na cidade essa pretensão remodeladora. (PONTE In: SOUSA, 2007; BARBOSA, F., 1997).

* Mestranda em História no Mestrado Acadêmico em História (MAHIS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), com bolsa de mestrado financiada pela FUNCAP.

Ponte (In: SOUSA, op. cit., p. 163) nos diz que:

Ante a essa inédita expansão econômica e urbana de Fortaleza, convinha aos poderes públicos, elites enriquecidas, e setores intelectuais procederem um significativo conjunto de reformas urbanas, capaz de alinhar a cidade aos códigos de civilização, tendo como referência os padrões materiais e estéticos dos grandes centros urbanos europeus.

Essas modificações, porém, não se deram apenas na estrutura física da cidade, mas também no meio social:

Na esteira daquele contexto de crescimento econômico-urbano, a estrutura social da cidade também sofreu importantes modificações com a emergência de novos grupos dominantes, a constituição de camadas médias afluentes compostas em razão da proliferação de profissionais liberais, além de um contingente de trabalhadores pobres [...] (PONTE, 2001, p. 24).

De acordo com o autor, o crescimento da população nesse período deve-se aos seguintes fatores: o crescimento comercial, novos serviços urbanos, a industrialização, a abolição do trabalho escravo e as secas periódicas. Devido a esse aumento populacional, teriam crescido os problemas sociais, pois se dificultou o controle da população (Ibidem).

Porém, queremos salientar que foi significativo o número de invasões de sertanejos nos períodos de secas (1877, 1889, 1900 e 1915), o que ocasionou, conseqüentemente, o aumento do número de mendigos e ociosos pelas ruas da cidade. A população fortalezense aumentou de maneira rápida e a cidade não tinha as condições necessárias para comportar essa quantidade de pessoas. Estas pessoas ocuparam a cidade indiscriminadamente e muitos, sem empregos e sem residência, passaram a vagar pelo espaço urbano. Essa presença de ociosos nas ruas da cidade passou a incomodar, principalmente as elites, que desejavam habitar em uma cidade civilizada, organizada e higienizada¹.

Nesses períodos, os sertanejos, na luta pela sobrevivência e como fuga das secas, saíam de suas cidades de origem em direção à capital, vagando a pé pelos sertões durante dias, sujeitos a morrer de fome, de doenças ou de cansaço. Quando não morriam nas estradas, famintos e sem condições físicas para o trabalho, devido a grandes caminhadas e à falta de nutrição (NEVES, 2000). “Além disso, muitos acabavam por não voltar para os locais de origem, tornando-se mendigos, vadios, prostitutas, meninos de rua e envolvendo-se com jogos proibidos, álcool e prostituição. Encontravam, nessas práticas, formas de sobrevivência” (FONTENELES NETO, 2005, p.28).

¹ Ver NEVES, 2000.

De acordo com Frederico de Castro Neves (2000) esses retirantes, quando chegavam a Fortaleza, dificilmente eram incorporados ao mercado de trabalho, passando, junto com os pobres urbanos, a representar um grande problema para as camadas mais abastadas. Passavam a morar nas ruas, praças e a mendigar. Eles entraram na cidade com suas doenças e seus hábitos não normatizados, como a falta de higiene os vícios e os crimes, e atingiram o espaço urbano civilizado que a elite local imaginava estar construindo naquele período, passando a serem vistos como uma ameaça à moral estabelecida, visto que seus hábitos eram incompatíveis com os novos hábitos trazidos pela modernidade que se buscava inserir em Fortaleza naquele momento:

A ocupação indiscriminada do espaço urbano pelos famintos incomoda especialmente as elites de Fortaleza, ocupadas em acompanhar o ritmo da civilização e do progresso. [...] A “grande seca” de 1887 trouxe para dentro de Fortaleza a presença impactante de multidões de retirantes esfaimados e andrajosos a implorar por ajuda, “contaminando” a cidade com sua miséria explícita, suas doenças, seus “vícios”, sua fome, seus crimes e sua ofensiva ameaça à civilização (Ibidem, p.52, p. 25).

Devido à essa ameaça, intensifica-se ainda mais o interesse pela disciplinarização da população. Buscava-se formar um cidadão trabalhador e civilizado, exigindo assim que este deixasse de lado seus “velhos hábitos”, que não condiziam com o “progresso” que se pretendia para a cidade. Daí, as condutas que “desvirtuavam” o homem do trabalho e da família, o alcoolismo, a prática dos jogos de azar e como a prostituição, sinônimos de vadiagem, passaram a figurar entre as maiores preocupações das elites e dos poderes públicos fortalezenses no início do século XX.

Dentre estas, acreditamos que a prostituição tinha um diferencial. Apesar de ser também uma forma de vadiagem, ela era praticada por mulheres, o que naquele período poderia ser visto como um agravante, visto que:

Desde o fim do século XIX e início do XX, postulava-se um padrão comportamental para as mulheres, que deviam ser prendadas, submissas, laboriosas, a fim de que, desde a mais tenra idade, fossem instruídas a cumprir deveres para com o marido, filhos, lar e, por conseguinte, com a sociedade. Suas atividades deviam ser unicamente domésticas, fugir desse modelo era um passo para cair nas malhas do preconceito vigente (FONTENELES NETO, 2005, p. 72).

De acordo com as ideias sanitaristas, naquele momento, a mulher tinha um papel fundamental na sociedade. Ela deveria ser voltada para os afazeres domésticos e para a educação dos filhos e familiares, formando futuras gerações aperfeiçoadas físico e moralmente, contribuindo assim para o “progresso” do país. Dessa maneira a sua importância

extrapolava os limites do lar, se estendendo assim para a sociedade. Ou seja, educando moralmente seus filhos, ela estaria formando uma sociedade moralizada. Acreditava-se que as crianças seguiam os exemplos dos adultos e, no caso, a mãe era o adulto mais próximo das crianças. Deste modo a mulher/mãe seria um “espelho” para os filhos, que modelariam seus comportamentos de acordo com os de suas mães. A mulher deveria lhes ensinar seus valores e reprimir seus “maus comportamentos” (DOMINGUES, 2007).

Sendo assim, o que a prostituição representaria? Ela seria uma prática avessa ao que se esperava de uma mulher naquele momento. Ao prostituir-se, a mulher estaria rompendo com o seu papel de esposa e mãe, zeladora da família. A prostituta fugia do padrão ideal de mulher representava o perigo de degeneração da família e da sociedade como um todo. (ENGEL, 1988).

Era também uma prática fortemente ligada à ideia do desperdício. Seria um dos fatores destruidores do patrimônio das famílias. Ela seria o foco de degeneração do trabalho e da propriedade do homem/pai. Que estaria gastando o dinheiro, fruto do seu trabalho, que deveria ser repassado ao lar, com uma prática física e moralmente degradante (Ibidem).

Além disso, apesar de a prostituição não ser caracterizada como um crime pelo Código Penal Brasileiro era vista pelos médicos como sinal de doenças e de perigos tanto para o indivíduo, como para as famílias e para a sociedade como um todo. Com a busca pela higienização das cidades, se fez forte a presença de um discurso médico que buscava combatê-la, visto que o espaço urbano deveria ser organizado e higienizado. Deste modo, passou a ser vista como uma doença social (ENGEL, 1998).

A prática era tida como ameaça à saúde física do trabalhador, pois a sífilis, principal doença ligada à prostituição naquele momento, era retratada como uma enfermidade que causava a degradação da sua força física. A prostituição, tida como fonte de contaminação pela sífilis, é “concebida como um perigo escondido nos antros e coberto por um véu” (Ibidem, p. 66).

Á medida em que a prostituição é vista como doença, como ameaça á saúde física, moral e social do conjunto da população urbana, e o médico como detentor da verdade científica, o discurso sobre a prostituição traz implícito um projeto de normalização higiênica do corpo, concebido não apenas num sentido físico, mas, também, num sentido moral e num sentido social (Ibidem, p. 69).

Em Fortaleza esse pensamento também esteve presente no momento em estudo. Segundo Fonteneles Neto (2005), dois setores foram bastante ativos no combate ao meretrício: a Igreja Católica e os médicos higienistas. A Igreja, como defensora das famílias,



do pudor e da moral, via na prática um atentado aos bons costumes. E os médicos a viam como “poços de doença”. Acreditavam que os bordeis deveriam ser combatidos, visto que seriam eles os propagadores do alcoolismo e de doenças perigosas na época, como a tuberculose e a sífilis, contaminando as pessoas que os frequentavam.

O periódico O Nordeste teve um papel muito importante na disseminação de discursos que defendiam estas ideias. Através de notícias, queixas, denúncias, etc., publicadas cotidianamente, tanto seus redatores como seus leitores combatiam essa prática na cidade. Mesmo não se tratando de um órgão oficial da Igreja Católica, era conservador e de orientação religiosa, pois fora fundado por Dom Manuel da Silva Gomes, terceiro bispo e primeiro arcebispo cearense (1912-1941), defensor do catolicismo no Estado.

Seus redatores eram os Drs. Andrade Furtado e José Martins Rodrigues e era administrado por Ildefonso de Araújo. Era um jornal de publicação diária e seus leitores tinham um perfil religioso, católico. Em suas edições, a folha tinha um espaço abeto para reclamações dos leitores a respeito de fatos ocorridos na cidade. Eram as “Queixas do Povo”. Porém em outros locais também poderiam ser encontradas as reclamações feitas pela população. Tinha também uma coluna reservada para a divulgação das ocorrências policiais, a qual pode ser vista como um reforço à sua opinião a respeito de comportamentos que transgrediam a ordem. No período por nós analisado, este quadro não tinha um título definido, sendo denominado às vezes como “Pela Polícia”, e outras como “Na Polícia”. Existia também a coluna “Com a polícia”, que era reservada para as denúncias, através das quais os habitantes da cidade cobravam providências por parte da polícia a respeito dos crimes e transgressões que aconteciam em Fortaleza.

De acordo com Lima (2013), tinha como colaboradores na confecção dos seus textos tanto membros da Igreja, a exemplo de padres, como um grupo de intelectuais laicos, inseridos em uma elite intelectual e política da cidade de Fortaleza, que além de defenderem e difundirem os ideais católicos, se utilizavam do periódico também para a disseminação dos seus pensamentos, que extrapolavam o campo religioso. Eram “médicos, jornalistas, advogados, professores e outros. Essas profissões nos mostram de onde partia a referida elite intelectual, que provinha de uma condição social de destaque dentro da cidade e que em alguns momentos se empenhou em disciplinar os comportamentos e práticas da sociedade fortalezense” (LIMA, 2013, p. 37).

No ano de 1923, o periódico deu início a uma campanha moralizadora contra a prática em Fortaleza:

[..] Mas nós estamos dispostos a fazer agir a policia, leva-la ao cumprimento de seu dever, em que ella é tão lamentavelmente negligente.

Com esta nota de hoje, iniciamos uma campanha viva de moralização social, na qual esperamos contar com o apoio dos leitores dignos.

Estes tem a obrigação moral de colaborar connosco para esse *fim*.

Portanto devem trazer-nos para que denunciemos todos os factos que para tal possam concorrer, bem como o rol das casas de perdição que chegarem ao seu conhecimento, de modo a que possamos aponta-las a vigilância das autoridades policiaes².

O Nordeste, desse modo, toma a frente no combate à prostituição na cidade. A justificativa para seu empenho em denunciar a prática seria porque a polícia não cumpria o seu papel de combatê-la. Uma reclamação publicada no jornal daria uma maior visibilidade deste fato. Deste modo, a população também passaria a reclamar com uma maior intensidade. O próprio jornal pede a colaboração dos leitores “dignos”, que teriam a obrigação moral de fazê-lo. Implicitamente, o autor diz que quem não colaborasse não era digno, não teria moral. Com essas denúncias por parte da imprensa e da população, a polícia se sentiria constrangida a realizar seu papel na luta contra a prática. Durante este ano de 1923, as denúncias apareceram mais veementemente. Elas eram publicadas em um quadro chamado “Pela moralização social”.

Durante os anos seguintes, era comum encontrar as denúncias da prostituição na cidade e reclamações a respeito do comportamento tanto das prostitutas como de seus clientes em quadros como as “queixas do povo”, que eram espaços reservados para as reclamações dos leitores a respeito dos problemas da cidade, e “com a polícia”, que era reservado para os apelos, tanto da população como dos próprios redatores, para que a policia tomasse providencias em relação às transgressões ocorridas em Fortaleza. A contribuição dos leitores no combate ao meretrício foi bastante presente, principalmente através de cartas anônimas publicadas nesses dois quadros do jornal:

Sr. Redator,

Este pedaço da capital, que chamam Rua da Alfândega, pode ser comparada com qualquer ilha de correção, onde estão condenadas as famílias a assistirem, quotidianamente, degradantes cenas de obscenidade, apresentadas em plena rua, pela famigerada "Pensão Mimi", dirigida por uma não menos célebre decahída.

O baixo escrúpulo, a degeneração, cria para isso, sr. Redator, indivíduos de educação péssima e costumes infames que, abusando da moral pública, se exibem em plena calçada da dita pensão, em companhia de infelizes iguais a eles próprios. As famílias desta rua estão escandalizadas, as crianças presas em casa, a moral

² Um brado de alerta pela moralidade pública – O meretrício e o caftismo. **O Nordeste**, Fortaleza, 26 mai. 1923, p1.

ofendida, enquanto a vagabundagem devassa, afronta, sarcasticamente, o direito sagrado.

O sonho da localização do meretrício cada vez mais se esvai no conceito público máximo, agora que a praia esta juncada de rameiras que, com bacanaís desenfreados, mofam da própria autoridade.

Esperando a publicação desta, sou muito agradecido, seu constante leitor U.V³

Nesta carta, um leitor de iniciais U.V. reclama de um bordel situado na Rua da Alfândega. Em primeiro lugar o autor denuncia o fato ocorrido comparando a citada rua a uma “ilha de correção”. Sua indignação é demonstrada não pela prostituição em si, mas pelo fato dessas mulheres, junto com seus “clientes” transitarem livremente na calçada que se localizava em uma área também frequentada por famílias, ou seja, o maior problema era a visibilidade que essas famílias tinham da prostituição.

É interessante observar também que o autor não se poupa de qualificar de maneira ruim tanto as meretrizes como os homens que frequentavam os bordéis. Estes são retratados como “indivíduos de educação péssima e costumes infames” e aquelas como decaídas e “infelizes”. Suas atitudes também são retratadas de maneira pejorativa. É passada a ideia de que a prática da prostituição degenera/degrada os indivíduos e, várias vezes é salientado que ela seria um atentado contra a moral pública.

O argumento utilizado contra esta pensão é que as famílias residentes naquela rua estariam “escandalizadas”, com a moral ofendida, e que as crianças tinham de ficar presas em casa a fim de não presenciarem tais comportamentos. Mais uma vez a família é citada como vítima da prostituição. Mas ela seria vítima apenas por vê-la. Deste modo, não se fala em extinguir a prostituição e sim em localizá-la longe das famílias.

Um fato curioso foi que este leitor deixou claro que já havia enviado a mesma carta anteriormente a outro local que se “limitou a enviá-la para a cesta de papéis sujos”. Isso demonstra a sua esperança de que “O Nordeste” a publicasse e também o esforço que o jornal fazia para publicar as queixas e denúncias de seus leitores a respeito das transgressões ocorridas na cidade. Não podemos dizer que a carta realmente tenha sido enviada por um leitor. Porém o fato dela ter sido inventada pelos redatores não negaria a intensão do jornal de defender os interesses de algumas famílias. Ele próprio se dizia defensor dos bons costumes e das famílias.

³ Queixas do povo. **O Nordeste**, Fortaleza, 29 jun. 1925, p. 4.

Nesta carta é feita ainda uma insinuação de que a localização do meretrício não teria sido feita por ineficiência das autoridades, possivelmente da polícia, visto que as “rameiras” “com bacanais desenfreados mofam da própria autoridade”.

Segundo Fonteneles Neto (2005), a polícia, como zeladora da moralidade pública, naquele período, tinha o dever de localizar as zonas de meretrício na cidade e afastá-las o máximo possível do centro da cidade, buscando localizá-las em locais específicos e limitando o horário em que podiam circular nas ruas. Porém, mesmo com toda essa tentativa de controle, a polícia não conseguia conter o avanço da prostituição na cidade.

A respeito disso, a seguinte carta traz a opinião de um leitor do “O Nordeste”:

Eu que classifico O Nordeste como sendo o baluarte do decoro e da moralidade, venho por isso pedir-vos a publicidade dessa queixa, uma vez que as autoridades a quem confiamos a manutenção da ordem, da moralidade pública e do decoro deixam-se iludir nesse mister por auxiliares que não se compenetraram das funções que exercem.

Trata-se do seguinte: No Boulevard Duque de Caxias, entre as ruas B. do Rio Branco e General Sampaio, existem diversos antros de decahidas dos quaes se destaca a pensão da infeliz joaninha, cheia de meretrizes de baixa esfera, as quaes tomaram conta por completo daquelle trecho da via pública, e em pleno dia se assentam na calçada seminuas a dizer toda a espécie de immoralidades, não respeitando as famílias que passam para a Igreja do Carmo, nem as que ali residem. Entre as decahidas que ali habitam existem uma de nome soledade, que bateu o recorde em atrevimento, embriaguez, [ilegível] e immoralidades não respeitando ninguém e gritando ainda <que tem protecção na policia e por isso não respeita alguém.>

Durante a noite, sr. redactor, ali é um verdadeiro inferno, pois reúne-se ao barulho das [ilegível] o barulho dos automoveis que por ali permanecem ou passam, buzinando, tendo-se a impressão de que estamos em um mercado e não no perímetro urbano de uma cidade que consideramos civilizada.

Sem mais,

UM LEITOR amigo⁴.

O leitor inicia seu discurso fazendo um elogio á atuação do O Nordeste no combate à prostituição e pede que o mesmo publique sua queixa afirmando que a polícia não mantém a ordem na cidade. Dá a entender que a culpa não seria do chefe de polícia e sim dos soldados que não exerceriam suas funções. Logo após, ele cita o caso de um bordel existente no centro da cidade. O discurso aqui é semelhante ao da carta supramencionada. Ele classifica as meretrizes como “decahidas” e infelizes. E, no caso desta pensão particularmente, as mulheres seriam “meretrizes de baixa esfera”, ou seja, “baratas”, pobres.

⁴ Com a Polícia. **O Nordeste**, Fortaleza, 06 out. 1927, p. 2.

A citada prostituta Soledade é retratada como a mais atrevida de todas, por estar embriagada e por faltar com o respeito com as pessoas. O autor afirma que, segundo ela mesma, isso ocorreria porque ela tinha uma proteção na polícia. Ou seja, se a polícia, que era a responsável pela manutenção da ordem, não a reprimia ninguém mais poderia fazer isso. Ela estaria livre para agir da maneira que quisesse.

O autor termina sua carta citando mais um problema relacionado ao local onde ocorre a prostituição que é o barulho dos automóveis. Mais uma vez ele dá seu diagnóstico a respeito do fato. Compara o local com um mercado. O mercado, aqui é citado para passar a ideia de desordem. Essa desordem, na sua concepção, não condizia com a civilização que acreditava que a cidade possuía.

A principal intenção do autor, com a publicação da carta, é além de denunciar o que ele chama de imoralidade, é denunciar a proteção da polícia a estas prostitutas, quando ela deveria estar reprimindo-as. De acordo com Francisco Fonteneles Neto (2005, p. 78):

As exigências expressam o desejo no rigor do policiamento no comportamento sexual, das prostitutas e dos clientes que freqüentavam seus estabelecimentos. O policial tinha que criar formas de coexistência pacífica e benéfica para ambas as partes, fugindo de ação meramente repressiva e mostrando que relações clientelistas podiam se construir em torno de proibições.

Além dessa intenção de “apaziguar” a situação por parte dos policiais, outro motivo contribuiu bastante para a falta de eficiência no combate á essa prática. O fato era que boa parte do efetivo estava envolvido no mundo da prostituição. Existiam aqueles policiais que desfrutavam das relações amorosas com as prostitutas, aqueles que faziam “vista grossa” mediante o pagamento de propinas e até aqueles que sigilosamente recebiam dinheiro para fazer a sua segurança (Ibidem).

Em outra carta em que o autor assina somente como “Um pae de familia”, é feita a denuncia que um grupo de prostitutas que planejavam alugar um sobrado na Praça do Ferreira:

Illmo. sr Redactor d<O Nordeste>.

Como tem sido este órgão o único a fazer campanha contra a indecência praticada por mulheres de vida alegre, venho por meio desta comunicar-lhe que um grupo de mulheres pretende alugar o sobrado n. 215, á Praça do Ferreira, para se estabelecer,e, como só pode, ofender o decoro da nossa sociedade, é mister que v.s. chame a atenção das autoridades para este facto.

Certo de que fará v.s. mais um beneficio às famílias que frequentam a Avenida 7 de Setembro subscrevo me attentiosamente.

*Um pae de familia*⁵

O autor, então, pede ao redator que este chame a atenção das autoridades para que estas não deixem as citadas mulheres alugarem o sobrado. Ou seja, queria impedir a prostituição naquele local antes mesmo de que ela se consumasse. O argumento utilizado é de que estas mulheres certamente ofenderiam o decoro da sociedade e que impedir que isso acontecesse seria “mais um benefício às famílias que frequentam a Avenida 7 de Setembro”. Mais uma vez “O Nordeste” aparece como um defensor das famílias e o próprio autor da carta deixa claro que o motivo de ter enviado a carta ao jornal é por este ser o único órgão a fazer a campanha contra a prostituição.

Em outros casos era o próprio periódico quem fazia suas denúncias a respeito da prostituição e que exigia que a polícia tomasse providencias:

O <City Club>, o <Internacional>, o <Cearense> e outros antros miserandos de perdição social, continuam abertos, apesar dos protestos constantes e veementes das famílias pela voz da imprensa.

Apellar-se para que a policia, lembrada dos seus deveres de moralização dos costumes, mande trancar essas casas infamantes, é perfeitamente inútil.

Os brados tem sido reiteradamente erguidos.

Mas a policia quando não de sentisse com a força moral para tanto, ao menos devia providenciar porque em taes centros de imoralidade se respeitasse o decoro publico da cidade.

Pois nem disso é capaz?

Ainda ontem, por exemplo, o <City Club> fez-se o posto de escândalo publico, ofendendo as claras o decoro das famílias.

Frequentadores desavergonhados, com mulheres de vida airada, ostentavam, cedo ainda da noite, scenas indecentes nas janelas do Club situado na Praça do Ferreira!

As famílias passam corando de vergonha e indignadas da andancia dos taes e da [ilegível] inqualificável da policia.

E é para esta que apellamos fazendo-nos eco duma ira fortíssima⁶.

O jornal denuncia três casas de prostituição que funcionavam naquela data. É interessante observar a maneira como esse locais são retratados pelo autor. São apresentadas como locais de “perdição social”, ou seja o indivíduo que ali frequentasse estaria se perdendo, se desvirtuando socialmente. Ele também recebe o adjetivo desavergonhado por aparecer na companhia das prostitutas na frente das famílias.

Reclama da inutilidade dos constantes protestos das famílias por meio da imprensa contra essas casas. Mais uma vez, a imprensa é colocada como a defensora das famílias, como a sua porta voz. Os apelos à polícia para que fechasse estes locais não estavam sendo atendidos, mesmo que fosse o dever dela a “moralização dos costumes”. Percebendo a

⁵ Queixas do povo. **O Nordeste**, Fortaleza, 16 mai. 1924, p. 2.

⁶ Escandalos no “City Club” – A Policia não vê isso? **O Nordeste**, Fortaleza, 26 ago. 1922, p. 1.

ineficiência da polícia no combate aos bordeis, é feito o pedido que ela pelo menos providencie para que a “moralidade pública” seja respeitada, porém afirma-se que nem disso ela seria capaz.

Acreditamos que, neste caso, respeitar moralidade pública seria não deixar que as famílias vissem a prostituição acontecendo. Ou seja, as meretrizes deveriam atuar, se não longe dessas famílias, pelo menos longe da visão delas, às escondidas. A reclamação em relação ao “City Club” é feita porque naquele local a prostituição, retratada como “escândalo público”, acontecia às claras. Isso ofenderia o decoro das famílias e deixaria estas envergonhadas ao verem as cenas pela janela do clube cedo da noite. Fica implícito, neste caso, para solucionar o problema bastava apenas que a prática fosse realizada de maneira discreta.

Isso pode ser percebido na maioria das queixas. A prática incomodava por “ofender” a decência das famílias que a presenciavam. Por isso o que se cobra da polícia, na maioria das vezes é a localização do meretrício:

[...] Que providencia séria já tomou a polícia para obrigar as meretrizes a se localizarem em determinado ponto, longe do contacto das famílias, de que são indignas, e cujo pudor offendem com suas exibições indecorosas?

Nas principaes ruas, aqui e ali, se vêem casas de decahidas situadas entre as familias honestas, que, de quando em vez, deixam explodir o seu mal-estar, clamando, pela imprensa, contra o constante desrespeito ao seu decoro, por aquellas praticado.

E estas casas são, ao mesmo tempo, muitas vezes, centros também de bebedeiras e jogatina, que fugindo á perseguição da policia, ali vão se refugiar.

[...] No entanto á policia cabia a obrigação de impor a sua retirada para os pontos afastados da cidade. Dentro das suas atribuições legaes. Não lhe falta meios para agir⁷.

O autor pede que a polícia obrigue as meretrizes a se localizarem longe do contato com as famílias. Mas para fazer isso ele se utiliza de uma estratégia discursiva. Primeiro ele pergunta o que essa autoridade teria feito que essa localização fosse feita. Ao mesmo tempo em que questiona, já afirma que as prostitutas são indignas de terem contato as citadas famílias e que as ofendem o pudor. Já aí tenta justificar o seu pedido.

Depois ele denuncia a presença dos bordeis na cidade, citando alguns fatos que agravariam o problema. Um deles é que essas casas estavam situadas nas principais ruas, ou seja, nas ruas onde residiam as famílias mais abastadas da cidade naquele momento. Outro agravante é que as tais casas estariam situadas entre “famílias honestas”, as mesmas que

⁷ Um brado de alerta pela moralidade pública – O meretrício e o caftismo. **O Nordeste**, Fortaleza, 26 mai. 1923, p1.

reclamavam por meio da imprensa. As “famílias honestas”, portanto, eram as mesmas que tinham interesses em comum com os redatores do periódico, visto que ele era seu “porta-voz”.

Cita-se ainda a prática dos jogos de azar e o consumo de bebidas alcoólicas, o que seria outro agravante, visto que também eram comportamentos transgressores, fortemente perseguidos naquele período. De acordo com ele, os bordéis serviam de refúgio para os jogadores e consumidores de bebidas alcoólicas. Por fim, o autor volta a cobrar da polícia o afastamento das meretrizes para locais afastados do centro da cidade.

Porque se pede o afastamento e não a extinção da prostituição? Acreditamos que por três motivos. O primeiro seria pela constatação da ineficiência da polícia no combate à prática. Sendo assim, já que não se poderia acabar com ela, pelo menos se deveria tirá-la da visão das famílias. O segundo tem relação com a ideia de que a prostituição era um “mal necessário”.

Essa ideia, de acordo com Maria de Lourdes Santos (2011), é bastante comum na literatura acerca da prostituição. Deste modo, segundo Magali Engel (1998, p. 110), a prática se apresentaria como uma “válvula de segurança” e uma “válvula de escape”. Uma atividade que não poderia ser evitada, apenas controlada. Isso porque ela saciaria “as exigências dos instintos incontroláveis” dos homens. Preservando, assim, os valores e os padrões comportamentais das “mulheres de família”, como a virgindade e a fidelidade. Válvula de escape porque teria a “capacidade de conter, ou pelo menos restringir, perversões sexuais consideradas mais graves”. E válvula de segurança por preservar a família e manter a ordem social.

Deste modo, as prostitutas deveriam existir para que a ordem familiar fosse mantida. Por isso elas deveriam realizar suas atividades, desde que fosse em um local afastado dos espaços de sociabilidade das famílias. Pois, para algumas pessoas, o comportamento da prostituta, sendo o oposto do esperado para as “mulheres de família”, poderia influenciá-las a se comportar de maneira parecida. Sendo assim, a prática poderia ser tolerada, desde que reservada em uma localização específica (SANTOS, 2011).

O terceiro motivo para a preferência da localização ao invés da extinção do meretrício seria o fato de a atividade gerar a circulação de capital. Segundo Fonteneles Neto (2005), a atividade teria criado uma “complexa rede de relações, pois a prostituição propiciava dinheiro para acentuado número de pessoas, desde agenciadores, meretrizes e funcionários, até policiais que recebiam propina para garantir o funcionamento do recinto”.

A respeito dos agenciamentos, o periódico também traz sua denúncia:

[...] Outro ponto em questão é o caftismo e casas de recursos.

Infelizmente, Fortaleza vê desenvolver-se, sem peia, essa indústria ignóbil, ilegal, indecente que consiste na sedução de mocinhas pobres para entrega-las ao vício, e, depois, explorá-las torpemente.

Vem-se praticando tal, entre nós.

Há mesmo mulheres vilíssimas, almas de lama, que descem á profissão infame de levar mocinhas incautas para o crime e para o vício, vendendo-lhes a pureza e a virgindade. Há-as até profissionaes do adulterio, que desviam esposas do caminho puro da honra do lar!

A policia sabe, a policia deve saber disso. E, no entanto, não se processa de quem assim age⁸.

O autor do texto caracteriza o “caftismo” e “as casas de recursos” como uma indústria que seduzia a moças à prostituição. Ele aponta como estratégia realizada por essa “indústria”, a inicial indução dessas moças ao vício, para depois, quando estas já estivessem viciadas, explorá-las. Cita também pessoas que aliciavam mulheres casadas a se prostituírem. O autor também afirma que a polícia sabe do que ocorre e no entanto nada faz para combater. Isso nos induz a pensar que, como afirma Fonteneles Neto (2005), alguns policiais também poderiam estar envolvidos no mundo da prostituição.

De acordo com esse discurso, as prostitutas não seriam as culpadas do problema. Elas seriam as vítimas desses agenciadores, visto que por culpa destes elas estariam perdendo sua pureza, sua honra. Mas quem seriam estas prostitutas? Por que elas se submetiam a essa prática? Acreditamos que estas mulheres, em sua maioria, faziam parte das camadas pobres da população. Muitas delas eram retirantes que vinham para a capital nos períodos de seca lutar pela sobrevivência. A prostituição seria uma alternativa para essa mulher pobre, que se deparando com a falta de emprego ou com baixos salários optava por prostituir-se.

Outra resposta à questão acima seria o que sugere Engel (1998). Essa atividade poderia proporcionar para algumas mulheres uma condição mais autônoma e independente. Deste modo a prática poderia ser vista como um meio de resistência da mulher à ideia de que ela deveria ser frágil e submissa.

Apesar disso, na maioria das vezes nos discursos do O Nordeste a prostituta aparecia como imoral, infeliz, decaída, etc. Ela era associada à transgressão e à indecência. Como afirma Rago (1992, p.42, apud SANTOS, 2011, p. 2), existia, naquele momento,

Uma visão corrente entre os médicos do período, a prostituta “tem um andar, um sorriso, um olhar, uma atitude que lhe são próprios; é preguiçosa, mentirosa, depravada (...) simpática ao álcool, despreocupada do futuro, e muitas vezes

⁸ Um brado de alerta pela moralidade pública – O meretrício e o caftismo. **O Nordeste**, Fortaleza, 26 mai. 1923, p1.

destituída de senso moral. “Tem um “apetite sexual exaltado, (...) inato e incontido, que leva a precocidades, por vezes fantásticas, na prática de perversões ou mesmo do coito.” “Limitadíssimos são os seus recursos intelectuais, raríssimas mulheres poderiam sustentar uma conversação em que seja necessário o manejo do raciocínio ou pequena contribuição lógica...”

Essa relação da prostituta com a promiscuidade muitas vezes apareceu nas páginas do O Nordeste, principalmente relacionando-a à falta de pudor, citando casos de nudez em público e de pronúncia de palavrões. Como no seguinte caso:

Mais uma vez recorreremos á Polícia, clamando repressão á immoralidade com que gente sem honra e sem compostura desrespeita o são decôro publico.

Distinto cavalheiro trouxe-nos o pedido de que clamassem junto ás autoridades, pela providencia que se impõe, no sentido de impedir que mulheres de vida airada tomem banho no Pajehu, em pleno dia, offendendo a moralidade e affrontando a dignidade das famílias.

Ante-hontem na travessa do Pocinho, entre as ruas Senna Madureira e do Sampaio, duas dessas infelizes banhavam-se absolutamente despidas, a dirigir pilherias a quem transitava pela referida travessa.

Ao pé da cêrca varios meninos e algumas pessoas que não se presam assistiam á tamanha indecência.

Pedimos ao nosso illustre amigo, dr Abilio Martins, chefe de Policia, que como digno pae de família que é sabe pesar muito bem a gravidade desses atentados ignobeis á moral publica, que tome as medidas severas que tal torpeza reclama, para que se não repitam actos tao deponentes e que são um ludibrio à sociedade de nossa terra⁹.

Começa-se por pedir de a polícia reprima a “imoralidade” ocorrida na cidade. Antes de relatar o que ocorreu, já se afirma que essa imoralidade seria praticada por pessoas “sem honra e sem compostura”. Em contrapartida, assinala-se que a reclamação teria sido feita por um distinto cavalheiro, ou seja, este cavalheiro deveria tem uma credibilidade maior que as citadas pessoas. Só depois se denuncia o fato.

Reclama-se, então de prostitutas que tomavam banho, nuas, no Riacho Pageú, insultando os transeuntes. Como nas demais reclamações citadas neste trabalho, o incomodo era devido o banho ocorrer de dia e na frente das famílias. Isso ofenderia sua dignidade. Reclama-se também das pessoas que olhavam para estas mulheres. O fato de olhar, de acordo com o texto, significaria que essas pessoas não se presavam, ou seja, não seriam pessoas honradas. Por fim o autor apela para a reputação do chefe de polícia dizendo que, como este era um “digno pai de família” deveria tomar as providencias para eu o fato não se repetisse.

Como vimos, a queixas e denúncias a respeito da prostituição, publicadas no periódico em estudo, tinham um padrão discursivo bastante parecido. Primeiro se reclamava

⁹ Repressão à imoralidade. **O Nordeste**, Fortaleza, 18 set. 1922, p1.



da prática, citando um fato ocorrido, muitas vezes se usava adjetivos, como infelizes, descaídas, etc., para qualificar de maneira ruim as meretrizes e seus clientes, depois se justificava que a prática ofendia a moral e as famílias e por fim se pedia providências por parte da polícia.

O Nordeste como divulgador do discurso médico, como defensor dos interesses da Igreja Católica em Fortaleza e como porta-voz das famílias abastadas da cidade teve um papel muito importante na luta contra estas atividades. Através de suas campanhas moralizadoras, das denúncias, das cartas dos leitores, das notícias policiais e de demais textos, ele buscou ajustar os comportamentos dos fortalezenses à cidade civilizada que estes grupos desejavam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

BARBOSA, Fco. Carlos J. **A força do hábito: Condutas transgressoras na Fortaleza remodelada (1900 – 1930)**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) UFC. Fortaleza, 1997.

BARBOSA, Marta Emisia J. **Cidade na contramão: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX**. Dissertação (Mestrado em História) PUC. São Paulo, 1996.

DOMINGUES, Giorgis de M. Mulheres catarinenses: discursos normatizadores. XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. **Anais Eletrônicos**. São Leopoldo, 2007. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0338.pdf>>. Acesso em: 20/02/2014.

ELIAS, N. **O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2v.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, (1840-1890)**. São Paulo: Editora brasiliense. 1988.

FONTENELES NETO, Francisco Linhares. **Vigilância, impunidade e transgressão: faces da atividade policial na capital cearense (1916 – 1930)**. Dissertação (Mestrado em História Social). UFC. Fortaleza, 2005.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo, Edições Loyola, 2012.



KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e Vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LIMA, Janilson Rodrigues. **Em defesa da fé e da família: intelectualidade católica e as estratégias para o restabelecimento de um padrão comportamental em fortaleza (1936 – 1941)**. Dissertação (Mestrado em História e Culturas). UECE. Fortaleza, 2013.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a História**: Saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Èpoque – reformas urbanas e controle social (1860-1930)**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda, 1993.

RIBEIRO JUNIOR, Florisvaldo Paulo. Tríade do Mal: civilização dos fracos no mundo do trabalho. **Projeto História**, São Paulo, n.39, p. 179-208, jul. – dez. 2009. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/5841>>. Acesso em 13/02/2014.

SANTOS, Maria de Lourdes dos. Esmiuçando vidas de homens prostitutas em Fortaleza. XV Congresso Brasileiro de Sociologia. **Anais Eletrônicos**. Curitiba, 2011. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=185&Itemid=171> Acesso em 11/02/2014.

SOUZA, Simone de (org.). **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.